

~~CPI~~ COMPLETA UM MÊS

João Alves: o alvo.

A CPI do Orçamento foi deflagrada a partir da prisão do economista José Carlos Alves do Santos, por suspeita de assassinato da mulher, em 8 de outubro. Na ocasião, foram apreendidos US\$ 700 mil, em parte falsos. No dia 14, Santos, que havia sido diretor do Orçamento, confessou ter obtido o dinheiro através de fraudes no Orçamento e, no dia seguinte, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) começou a coletar assinaturas para a instalação da CPI. No dia 16, a revista **Veja** publicou entrevista com Santos, na qual ele apontava 29 políticos envolvidos em fraudes ao Orçamento e acusava



Arquivo/AE

Santos

o deputado João Alves (PPR-BA) como o principal responsável.

As repercussões foram imediatas. No dia 20, a CPI foi instalada com o depoimento de Santos, no qual ele reafirmou as acusações e o envolvimento do líder do PMDB na Câmara, Genebaldo Correia (BA), e do ministro da Casa Civil, Henrique Hargreaves. No dia seguinte, uma comissão foi à casa de Santos, onde foram descobertos mais US\$ 900 mil e documentos. No dia 22, João Alves dá seu depoimento e justifica seu patrimônio dizendo que teria ganhado na loteria, com "ajuda de Deus". Com os documentos encontrados na casa de Santos, a CPI descobre indícios da participação de empreiteiras na apresentação de emendas pelo grupo de João Alves.

As investigações se concentraram, então, no patrimônio de João Alves. Em seguida, a CPI criou quatro subcomissões: de Patrimônio, de Assuntos Bancários, de Emendas e Licitações e de Subvenções Sociais. No dia 27, foi quebrado o sigilo bancário de 33 políticos e de seis empreiteiras. A situação dos ministros Henrique Hargreaves e Alexandre Costa (Integração Regional) fica insustentável. Hargreaves pede demissão, mas Costa resiste. O deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE) também depõe e deixa perguntas sem respostas. A revisão é praticamente interrompida.

No dia 3 de novembro, a ex-mulher do deputado Manoel Moreira (PMDB-SP), Marinalva, denuncia o envolvimento de Moreira, do grupo de Quércio, com as fraudes, e no domingo, dia 7, surgem os primeiros cheques emitidos por Genebaldo em nome do deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), que nega qualquer irregularidade. Nos últimos dias, novas denúncias envolvem o governador do DF, Joaquim Roriz.